



## O mito da Comunhão Anglicana – entre a mediocridade e a inclusividade

Carlos Eduardo B. Calvani\*

### **Introdução**

*Essa alocução de abertura não tem a pretensão de indicar o rumo do Simpósio, mas apenas de sugerir algumas pistas para discutirmos no decorrer desses dias o que pode significar a expressão "inclusividade" à luz de temas bastante discutidos atualmente no anglicanismo, principalmente as questões de autoridade, diversidade e comunhão.*

Embora preserve e dê continuidade à sucessão apostólica e à tradição católica dos tempos da Igreja indivisa, o anglicanismo está fortemente marcado pelos movimentos reformadores do século XVI. Mas não é possível falar de Reforma religiosa no século XVI como um movimento monolítico. Na verdade, houve várias reformas que tomaram feições distintas a partir das peculiaridades dos locais onde se desenvolviam. Contudo, apesar das muitas diferenças entre os movimentos reformadores do século XVI, é possível encontrar em todas um elemento comum: foram movimentos típicos da modernidade em seu nascedouro. A "Reforma" nasceu com a modernidade e a acompanhou, legitimando teologicamente alguns de seus desdobramentos políticos e econômicos. A atual crise da Comunhão Anglicana reflete a crise de todas as instituições e projetos nascidos com a modernidade.

A modernidade foi pretensiosa. Afirmou-se como "era das luzes", em contraste às "trevas" medievais. O pensamento moderno a tudo tentou catalogar e definir. A teologia derivada desse otimismo quanto à capacidade humana de tudo classificar, encontrou seu auge no período conhecido como "Ortodoxia Protestante", durante o qual foram redigidas várias confissões todas pretendendo ser a "doxa" (opinião) correta a respeito das questões referentes à fé. São comuns nessas confissões, as tentativas ousadas de definir claramente os mistérios de Deus e da vida cristã.

O maior problema das teologias desenvolvidas nas instituições religiosas nascidas na modernidade foi a presunção da totalidade do saber e da apreensão definitiva da verdade. Até hoje há quem pense em teologia como uma coleção de verdades sobre Deus e o plano de salvação revelado nas Escrituras. Porém nunca houve uniformidade teológica na Igreja, nem mesmo nos tempos apostólicos. Por isso não existe uma teologia sobre a qual se possa dizer: "essa é a teologia verdadeira", "a teologia perene", muito embora alguns grupos cristãos vivam na ilusão de deter a

---

\* Coordenador do Centro de Estudos Anglicanos (CEA) da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Professor de Teologia na UniFil. Palestra de abertura no Simpósio de Teologia Anglicana promovido pelo CEA (Londrina, julho de 2004).



plenitude da verdade teológica. A dificuldade de se encontrar a "verdadeira" teologia indica a busca por algo que não existe, se compreendermos a expressão "verdadeira" como sinônimo daqueles discursos que correspondem exatamente ao que Deus é, fez e faz.

A história da teologia foi marcada por dois princípios da lógica aristotélica: o princípio da identidade e o da não-contradição. Uma coisa é o que é, e não pode ser outra coisa. Algo não pode ao mesmo tempo ser e não ser. Ou é uma coisa, ou é outra, nunca ambas simultaneamente. Esse é o modelo da busca da verdade por exclusão. Tudo o que não cabe no modelo da identidade e da não-contradição é visto como "acidente" e, naturalmente, excluído como algo de menos importância ou expelido como um corpo estranho. Todos os sistemas teóricos edificados à luz desse referencial – inclusive a teologia – acabam num dado momento por excluir ou, em linguagem eclesial, excomungar, principalmente quando os "acidentes" tornam-se mais freqüentes.

Por isso, costumamos afirmar entre nós que o que qualifica o anglicanismo não é propriamente um corpo doutrinário claro, mas um estilo ou um método teológico, marcado pela ênfase pastoral, com uma disposição de acomodar, durante a caminhada, as inevitáveis diferenças que surgem em toda jornada. Nos países de língua inglesa essa disposição é chamada "comprehensiveness". Num artigo publicado no jornal *Estandarte Cristão* há quase dez anos (1995), Jaci Maraschin lembrava que não há uma tradução precisa para o português da palavra inglesa "comprehensiveness", mas que os dicionários na língua inglesa definem essa palavra em termos de inclusividade ou abrangência. Maraschin, naquela época, dizia que inclusividade significa "a disposição para incluirmos na nossa experiência cristã a longa e rica tradição católica da igreja Universal, ao mesmo tempo em que nos abrimos para as redescobertas da Reforma Protestante e para as "coisas novas" que o Espírito está constantemente ensinando à igreja" e apontava para algumas raízes históricas remetendo o leitor à época em que católicos-romanos e protestantes se excluía mutuamente, dizendo que os anglicanos tentaram a aproximação de elementos que pareciam irreconciliáveis à primeira vista. Essa busca pela abrangência e por um cristianismo mais elástico marcou o anglicanismo como um espaço de encontro e diálogo.

Foi durante o reinado de Elizabeth I que a Igreja da Inglaterra assumiu essa "compreensividade" ou inclusividade. O grande objetivo da rainha era assegurar a unidade da nação e a Igreja deveria ser a base dessa unidade. A rainha estava bem assessorada por teólogos que sabiam que essa unidade jamais seria encontrada em definições dogmáticas precisas, pois essas são fatores de divisão. A unidade deveria ser encontrada na adoração. Daí a importância dada ao LOC e o estigma que o anglicanismo carrega desde então, de nunca ter produzido grandes teólogos que se destacassem no cenário internacional, preferindo ocupar-se mais de questões litúrgicas e pastorais.



Nos séculos XVI e XVII certos posicionamentos assumidos pela Igreja da Inglaterra, oscilando entre o catolicismo-romano e o puritanismo, ajudaram a firmar a busca de um caminho que ficou conhecido como "via-média". É comum ainda hoje apelar para esse conceito no calor dos debates. Alguns anglicanos estufam o peito em reuniões ecumênicas e enchem a boca para explicar que o anglicanismo representa o equilíbrio entre o catolicismo e as igrejas evangélicas, ou a "igreja-ponte", que evita os erros e abusos de cada lado, ao mesmo tempo em que acolhe seus acertos.

Porém, o conceito de "via-média" é perigoso e pretensioso: dá a impressão de que a Igreja Anglicana seria de algum modo "superior" às igrejas protestantes reformadas ou ao catolicismo romano porque teria desenvolvido um pretensão equilíbrio que as demais igrejas não atingiram. Além disso, o conceito de "via média" está associado à antiga expressão "in medio virtus". Significaria que "a virtude está no meio", no equilíbrio entre dois extremos. Porém, não devemos, porém nos esquecer que do latim "medio" ou "medium" também deriva a palavra "mediocridade" e o adjetivo "mediocre". A maior ambigüidade presente no conceito de "via-média" é o risco de a teologia anglicana tornar-se simplesmente mediana ou, na pior das hipóteses, medíocre.

O conceito de inclusividade corre semelhante risco. Paul Tillich, na reflexão que faz sobre as ambigüidades da vida comunitária em sua Teologia Sistemática lembra que a primeira delas é exatamente a de inclusão e exclusão. Ou seja, um grupo social é um grupo porque inclui um tipo particular de pessoas e exclui todos os outros. Sem essa exclusão é impossível haver coesão social. Conforme Tillich, a ambigüidade da inclusividade nas igrejas consiste na exclusão daqueles que professam uma fé diferente. Diz ele: "O motivo para isso é óbvio: toda igreja se auto-considera uma comunidade de fé sob um conjunto de símbolos que entram em competição com outros. Sem essa exclusão ela não poderia existir. Mas essa exclusão torna-a culpável de uma adesão idólatra a seus próprios símbolos historicamente condicionados. Portanto, toda vez que a Presença Espiritual se faz sentir, começa a auto-crítica das igrejas em nome de seus próprios símbolos. Isso é possível porque em todo símbolo religioso autêntico há um elemento que julga o símbolo bem como aqueles que o sustentam. Ao criticar seus próprios símbolos a igreja expressa sua dependência com relação à Comunidade Espiritual, seu caráter fragmentário e a ameaça continua de incorrer nas ambigüidades da religião que pretende combater".<sup>1</sup>

Consciente da ambigüidade do termo, mas consciente também da liberdade que temos em nossa igreja de nos auto-criticar sem medo, pretendo insinuar possibilidades e dificuldades que identifico, no momento, em relação ao que temos chamado "crise" da Comunhão Anglicana.

---

<sup>1</sup> Teologia Sistemática, (São Paulo/São Leopoldo, Paulinas/Sinodal) p. 542.



## I – O Relatório de Virgínia

Após a polêmica dos anos oitenta sobre a ordenação feminina, a Conferência de Lambeth de 1988 percebeu a necessidade de realizar estudos sobre o significado e a natureza da Comunhão e a unidade da Igreja, com referência especial à doutrina da Trindade. O trabalho ficou a cargo da Comissão Inter-Anglicana de Teologia e Doutrina que produziu um documento final em 1997 batizado como "Relatório de Virgínia". A Conferência de Lambeth de 1998 acolheu o relatório e solicitou aos primazes que iniciassem uma década de estudos sobre o relatório em todas as províncias, com uma especial consideração: "se uma verdadeira comunhão em todos os níveis não exigirá instrumentos apropriados, com a devida salvaguardas, não só da legislação, mas também da supervisão, bem como sobre a questão do ministério universal a serviço da unidade cristã" (Lambeth 1998, Resolução III.8.h). Essa resolução III.8 é muito contraditória na própria redação, porque uma "verdadeira comunhão" prescinde de instrumentos de legislação e supervisão institucionais. Quando precisamos nos valer de mecanismos institucionais e jurídicos, é sinal exatamente de que não há "verdadeira comunhão" e que a discussão tomou um rumo político.

O Relatório de Virgínia é bastante "moderno". Escrito a partir de um referencial de modernidade, em tempos de fragmentação pós-moderna, repete sem muita criatividade o que tem sido dito há séculos pelas instâncias de autoridade da Igreja. Algumas vezes é contraditório. Reconhece, por exemplo, que a eclesiologia exposta no Quadrilátero de Lambeth "não é completa, nem está livre de ambigüidades interpretativas" (4.25), mas ao mesmo tempo se esforça por oferecer definições claras a respeito da Trindade e da Igreja. Sua intenção é bastante ortodoxa. Rubem Alves escreveu há algum tempo um livro chamado "Protestantismo e Repressão", no qual utiliza a expressão "protestantismo de reta doutrina". O Relatório de Virgínia algumas vezes parece encaminhar-se na trilha de um "Anglicanismo de reta doutrina" ao insistir demasiadamente na expressão "correta": Diz, por exemplo: "Estruturas *corretas* e *correta* ordenação fornecem canais pelos quais através do poder do Espírito Santo, a vontade de Cristo é discernida, a *conduta correta* da Igreja encorajada..." (5.3).

O Relatório de Virgínia tem vários méritos, mas como todo documento que tenta ser conciliatório, acaba por tornar-se superficial. Admite, por exemplo, que a busca por "consenso" na Igreja é antiga, remetendo à Patrística (o que, por si só, indica que nunca houve "consenso" entre os seguidores de Cristo) e apela para a autoridade dos documentos cristãos iniciais que produziram o que chama "consenso maior" do cânon e dos credos. O problema não está no que é dito e sim no que não é dito, naquilo que fica às margens do texto, ou seja, que a preocupação para com o consenso e a unidade na época patrística ligava-se a interesses imperiais. A unidade da Igreja era também garantia de unidade do Império. Assim, ao mesmo tempo em que a igreja ganhou um cânon, um credo e estruturas jurídicas de autoridade, perdeu em diversidade. O povo de Deus foi privado de conhecer outras interpretações do



modo como o impacto da vida de Jesus foi recebido por algumas comunidades, e aos poucos a experiência carismática foi sufocada pela instituição.

Além disso, o Relatório tende a confundir a Igreja em seu aspecto místico com as instituições que organizam a vivência eclesial. A partir daí, qualquer risco à estabilidade institucional é visto com desconfiança. No item 4.4, o Relatório fala em "ameaças a serem combatidas". De onde virá essa necessidade de "combater ameaças"? Desconfio que isso proceda da falta de fé nas palavras do Cristo - "edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão sobre ela". O medo de a Igreja ser destruída sempre foi uma característica dos líderes empenhados na preservação das instituições cristãs, mas não é uma preocupação do povo. A instituição, sim, sempre teve medo de ser destruída. No passado, essas "ameaças a serem combatidas" eram os hereges, as bruxas, os cientistas, os teólogos liberais e, agora, para alguns, são os homossexuais.

Longe de mim afirmar que o Relatório de Virgínia é um documento mal intencionado. Ao contrário. Apela para a unidade da Igreja a partir da Unidade Trinitária, reconhecendo que "Deus convidou seu povo a apreciar a diversidade" (RV 2.26) e afirma que "a Igreja é chamada a expressar a diversidade em sua própria vida". A intenção é apresentar uma proposta eclesiológica capaz de fazer da Igreja o espelho da Comunhão Trinitária: "A unidade da Igreja que é dada, e que ainda procura se aprofundar, é baseada na absoluta unidade de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo" (2.11). Contudo, mesmo aí não há muita originalidade. Pensar a eclesiologia a partir do dogma da Trindade já havia sido feito no Vaticano II e o capítulo I de *Lumen Gentium* apresenta essa visão da Igreja procedente da Trindade, e nela estruturada. Tal perspectiva que começou a se desenvolver antes no século XX amenizou (ao menos na teoria), o forte peso conferido à instituição e à hierarquia, tentando descobrir os elementos sobrenaturais e místicos da Igreja e o significado de seu 'mistério' escondido nos séculos e revelado em Cristo.

Para o tema que nos interessa aqui – o conceito de inclusividade, ou a inclusão das diversidades, o Relatório de Virgínia é muito limitado, pois não destaca suficientemente as implicações da comunhão trinitária para a compreensão da diversidade. A tentativa tradicional de pensar Deus em termos de relação tem recebido na pós-modernidade uma nova relevância desconsiderada no Relatório de Virgínia.<sup>2</sup>

O dogma da Trindade foi construído na mesma época em que a Igreja perseguida transformava-se em sustentáculo do Império romano e criava estruturas pretensamente "universais" de autoridade: o Cânon (delimitando os textos considerados revelados, contra gnósticos e montanistas), o Credo (definindo a ortodoxia contra os gnósticos e limitando a diversidade teológica), e a autoridade

---

<sup>2</sup> Sobre isso, ver Christoph Theobald. "Deus é relação: a propósito de alguns enfoques recentes do mistério da Trindade" Revista *Concilium* 289/2001 (Petrópolis: Vozes, 2001, p. 47ss)



administrativa dos bispos. A formulação da doutrina da Trindade acompanhava de perto a estrutura monárquica e piramidal do Império, reproduzida na Igreja. Moltmann já observava no final dos anos setenta que a construção do dogma da Trindade serviu a interesses políticos garantindo a estabilidade do Império a partir da lógica: Um Deus Trino; Um Imperador; Uma Igreja e, posteriormente, Um Papa. O pressuposto da Unidade divina compreendido a partir do modelo monárquico fundamenta, conforme Moltmann, o monoteísmo político e clerical:

O bispo representa Cristo diante de sua comunidade – da mesma forma que Cristo representa a Deus (...) A hierarquia eclesiástica deve corresponder a essa monarquia divina e representá-la. A doutrina do episcopado monárquico trouxe efetivamente a unidade nas comunidades eclesiásticas, embora ao preço da exclusão dos profetas carismáticos (...) Se o bispo garante, pela sua soberania, a unidade da comunidade, porque diante dela ele representa o Cristo, essa unidade é assegurada mesmo na ausência de consenso na comunidade. No caso de fracasso do consenso, a alternativa é ou a submissão, ou a excomunhão.<sup>3</sup>

Moltmann se esforçou por desenvolver uma doutrina da Trindade em termos contemporâneos evitando a perspectiva monárquica. A unidade de Deus, nesse caso, é “comunicativa, aberta, inviativa e integradora”<sup>4</sup> capaz de oferecer um modelo eclesiológico diferente, no qual o ícone do Deus triúno “não é a Igreja monárquica nem a hierárquica, e sim a comunhão dos livres e iguais, pois ela é a comunhão dos crentes e batizados”.<sup>5</sup>

O Relatório de Virgínia é tímido ao não acompanhar de modo suficiente as discussões mais recentes na Teologia Contemporânea a respeito da Trindade. Atualmente, além de Moltmann, o teólogo que mais tem discutido esse assunto propondo uma nova reinterpretação em termos pós-modernos é Gisbert Greshake, infelizmente ainda não traduzido em português. Sua obra certamente ainda será muito comentada, devido à amplitude, atualidade e à tentativa de abordar o dogma trinitário a partir de algumas preocupações típicas da pós-modernidade, entre elas o tema da diversidade. Para Greshake, o cerne da doutrina da Trindade é a afirmação da comunhão. Sua tentativa é buscar uma imagem não apenas “pessoal” de Deus, mas “intrapessoal”, a fim de encontrar nela traços de uma concepção dialógica e comunitária. O acento não está nas “pessoas trinitárias”, mas na relação entre elas. Em linhas gerais, Greshake defende que, quando afirmamos que Deus é Triúno, isso significa dizer que Ele é

---

<sup>3</sup> Jurgen Moltmann, *Trindade e Reino de Deus – uma contribuição para a teologia*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 205-206.

<sup>4</sup> Idem, p. 160.

<sup>5</sup> Jurgen Moltmann, *A vinda de Deus – Escatologia Cristã* (São Leopoldo, Unisinos, 2003), p. 204.



aquela Comunhão na qual as três pessoas divinas realizam, num jogo tria-lógico de amor, a única vida divina como autocomunicação mútua (...) Não é preciso recorrer a uma unidade substancial que 'precederia' (logicamente) este jogo relacional das três pessoas (modelo latino), nem a uma unidade realizada no Pai e comunicada por ele às duas outras pessoas (modelo oriental); é antes a *Communio* como processo de mediação entre unidade e pluralidade que é a realidade original e inseparável da única vida divina.<sup>6</sup>

A partir dessa chave trinitária é possível ver a criação como processo da diferença em Deus mesmo, pela qual o amor transbordante de Deus autoriza a liberdade e autonomia da criatura, retirando-se para dar-lhe espaço e tempo. Isso significa que, pelo processo da criação contínua e ininterrupta, a Trindade afirma e legitima a liberdade e a diversidade da criação. Essa compreensão trinitária funciona como chave hermenêutica para abordar certos problemas que se colocam às sociedades atuais confrontadas com a difícil gestão das relações entre unidade e pluralidade, além de ponte para Greshake falar da igreja como mistério de "koinonia trinitária". Desse modo, é preciso respeitar não apenas a independência, mas a autonomia e a diferença dos níveis do real e das linguagens específicas que o constituem. Se a vida divina é expressa particularmente na reciprocidade da relação entre Pai, Filho e Espírito Santo, isso significa: "unidade e diversidade", "unidade e alteridade", princípios incompatíveis a uma concepção de "comunhão" que pretende cercar a pluralidade, que não tolera a diversidade ou apenas a suporta: "se contemplarmos o Deus triúno, veremos algo diferente: a saber, que a 'unidade' só se justifica se ela se expressar de modo plural: no ser/estar *com*, em reconhecimento do outro, em mútua troca e mútua complementação. E a pluralidade só se justifica se toda nossa diversidade – a riqueza da alteridade – confluir em doação mútua e na unidade do amor".<sup>7</sup> Os redatores do Relatório de Virgínia ignoraram essas novas abordagens da Teologia Contemporânea, ou deliberadamente as evitaram.

Além disso, o Relatório de Virgínia, embora fale em diversidade e pluralidade, parece preocupado demais com as manifestações de diversidade, não atentando devidamente para o belíssimo significado da expressão grega "pericorése", que, aliás, nem é citada. Esse termo procede do grego clássico e já era utilizado no século IV pelo Pseudo-Cirilo. Porém, quem o assumiu o transformou em instrumento teórico para pensar a Trindade foi João Damasceno, no século VIII. Trata-se de um termo grego de difícil tradução. A preposição "peri" pode ser traduzida de vários modos, dependendo do substantivo. Pode significar "em volta", "ao redor", "acerca de", "à margem", como na expressão "periferia" ou "periférico". Indica um certo dinamismo em torno do substantivo ao qual se une. O substantivo "coré" significa dança, de onde procedem as palavras "coreografia" ou "coreógrafo".

<sup>6</sup> Gisbert Greshake, *El Dios Uno y Trino* (Barcelona: Herder, 2001, p. 179)

<sup>7</sup> Greshake, op. cit., p. 82.



Atribuído à Trindade, pericorése indica movimento dançante permanente, uma coreografia eterna com movimentos diversificados e surpreendentes. A harmonia trinitária é encontrada na diversidade da dança, seja ela em movimentos lentos ou rápidos. Ballet ou jazz, tango ou samba, dança litúrgica ou um revelatório streap-tease (“tirar o véu”), a teologia afirmou com a palavra “pericorése”, que a Trindade “dança eternamente”. A interpenetração recíproca entre pessoas é um eterno processo vital de permuta de energias. Pericorése tem a ver, portanto, com alteridade. Aquilo que distingue e diversifica as pessoas trinitárias é exatamente a força que as mantém unidas. O conceito impede o isolamento de uma das pessoas trinitárias ou qualquer tipo de subordinacionismo entre elas. O que chamamos “pessoas” (Pai, Filho e Espírito Santo) subsistem eternamente cada uma em sua diversidade através da energia dançante trocada na pericorése.

Mas o fardo da responsabilidade por preservar a unidade da Comunhão Anglicana, conferiu ao Relatório de Virgínia um tom de excessiva seriedade e peso, distantes da leveza da Trindade dançarina. Nietzsche afirmava: “Eu só poderia crer num Deus que soubesse dançar”.<sup>8</sup> Faltou ao Relatório de Virgínia ao tratar da doutrina da Trindade enfatizar mais esse aspecto da diversidade e do movimento. Talvez porque a diversidade e o movimento assustem. É mais fácil definir o que é estático. Tecer a eclesiologia a partir de uma compreensão pericorética da Trindade seria muito mais estimulante e pós-moderno. A diversidade de expressões de fé no anglicanismo particularmente e no mundo cristão em geral deveria ser fonte de alegria e encantamento, ao invés de ser encarada como ameaça de dissolução. A harmonia se revela a quem contempla com os olhos da fé, a dança pericorética das igrejas e não a rigidez e o imobilismo dos que, envelhecidos pelo peso da ortodoxia, ouvem o som das flautas, mas recusam-se a dançar.

Embora na vida real, não haja limites para a diversidade, o documento insiste em perguntar “quais os limites da diversidade se a unidade e comunhão imperativa do Evangelho devem ser mantidas?” (1.8). Tentar estabelecer previamente limites à diversidade é decretar que não a aceitamos. Quem lê o documento tende a perguntar: “quem tem autoridade para estabelecer os limites da diversidade?” Quem estabelece os critérios para delimitar a diversidade? Talvez a resposta esteja na própria discussão: quem tenta estabelecer critérios para a diversidade acaba se auto-excluindo da comunhão. Por isso, o Relatório de Virgínia não nos ajuda muito a compreender o que temos chamado “inclusividade” e talvez consiga, no máximo, chegar a uma teologia de via-média, no pior sentido da expressão.

## **II. Pensar a inclusividade a partir do mito fundante da “Comunhão Anglicana”**

---

<sup>8</sup> F. Nietzsche. *Assim falava Zaratustra*. (São Paulo: Hemus, 1979), p. 31.



Até o século XIX não existia o que chamamos hoje "Comunhão Anglicana" enquanto conjunto de estruturas internacionais. Isso surgiu a partir de controvérsias ligadas à política eclesiástica. Até o final do século XIX o que havia era a troca de correspondências e informações entre bispos e lideranças eclesiásticas das igrejas nascidas dos esforços missionários coloniais britânicos e de iniciativas missionárias americanas. Não havia uma estrutura internacional que unisse essas dioceses. O essencial e suficiente era manter certas afinidades litúrgicas derivadas da herança da reforma inglesa.

Porém, um pequeno acontecimento que poderia ter apenas repercussões locais acabou por atingir proporções internacionais e provocar o surgimento da Comunhão Anglicana Internacional. Nosso mito de origem é conhecido por muitos. J. W. Colenso, bispo da Diocese de Natal na África do Sul, adotou o, na época revolucionário método histórico-crítico para o estudo da Bíblia. Ele não era o único teólogo anglicano da época a se utilizar dessa abordagem metodológica, mas por ser bispo, chamava mais a atenção. Colenso escreveu, entre outros textos, uma *Introdução ao Pentateuco* e *Josué*, concluindo que essas obras surgiram muito mais tarde do que se pensava.

Colenso estava longe de ser um biblista muito original e suas idéias são hoje estudadas em qualquer seminário de qualidade sem maiores problemas. Mas na época, ele recebeu o estigma de "modernista" ou "liberal" por parte de grupos mais conservadores. Foi processado por heresia pelo Arcebispo Gray, da África do Sul. Julgado e condenado em 1863, Colenso apelou e venceu num segundo julgamento em 1865. O Arcebispo Gray, inconformado excomungou Colenso. Anos mais tarde, a Diocese da África do Sul revogou essa excomunhão. Mas Stephen Neill comenta que "o affair Colenso causou escândalo no mundo anglicano".<sup>9</sup> Muitas correspondências entre bispos da Igreja da Inglaterra e de outros países foram trocadas. O Sínodo da Igreja Unida no Canadá, reunido em Montreal (1865) encaminhou uma carta Arcebispo de Cantuária (C. T. Longley) sugerindo a convocação de uma assembléia para discutir diversos assuntos de relações inter-eclesiásticas, entre eles o caso Colenso. O Arcebispo Longley, respondeu favoravelmente, mas frisou: "que fique bem claro que nesta reunião não se fará nenhuma declaração de fé e não se tomará nenhuma decisão que afete em geral aos interessados da Igreja, mas que nos reunirmos para conselho e alento fraternais. Recusarei convocar qualquer assembléia que pretenda ditar cânones ou tomar decisões que afetem toda a Igreja".<sup>10</sup>

Vemos assim que a Conferência de Lambeth não nasceu para ser um sínodo ou um concílio geral, mas um encontro de bispos reunidos a convite do Arcebispo de Cantuária para discutir assuntos concernentes à Igreja, sem qualquer intenção legislativa. Vários bispos se recusaram a participar, inclusive o Arcebispo de York. Já na 1ª Conferência de Lambeth alguns bispos preocupados com o que consideravam uma "ameaça" à pureza da Igreja defenderam a instituição de um tribunal superior a

<sup>9</sup> Stephen Neill, *El Anglicanismo*. (Madri: Iglesia Española Reformada Episcopal, s/d), p. 287.

<sup>10</sup> Citado por Neill, op. cit., p. 339.



todas as instâncias nas Igrejas em comunhão com Cantuária, mas a proposta, pela graça de Deus, foi recusada. Anos mais tarde, a Conferência de Lambeth de 1930, afirmou:

*A Comunhão Anglicana é uma comunidade de igrejas sem uma constituição central. Ela veio a existir não por um plano deliberado, mas pela extensão das igrejas nas Ilhas Britânicas para além dos seus territórios. Essas igrejas (...). Não aceitam a idéia da autoridade central além dos Concílios dos Bispos. (grifos meus)<sup>11</sup>*

O vigor do movimento ecumênico no século vinte proporcionou o aprofundamento do conceito de "Comunhão" ou Koinonia. Os anglicanos encontraram na metáfora "laços de afeição", um termo mais popular para expressar a idéia de que, o que nos une não são meramente doutrinas, dogmas ou uma hermenêutica bíblica unívoca, mas o fato de permanecermos juntos em Cristo e compartilharmos uns com os outros nossos dons e diferenças. A despeito de suas falhas, tal prática ainda nos oferece um modelo mais próximo da Koinonia (na qual a autoridade humana sempre é regida e limitada pelo respeito mútuo e pelo amor) que os modelos centralizadores e excludentes. O conceito de "autoridade dispersa" e a metáfora "laços de afeição" foram capazes de manter um relacionamento mínimo entre diversas igrejas de tradição anglicana espalhadas pelo mundo, a despeito das diferenças e nem mesmo a polêmica sobre a ordenação feminina chegou a quebrar essa "comunhão", exceto por parte dos que não se auto-excluíram.

Acredito que não podemos confundir o sentido teológico da palavra "Comunhão" com seu uso eclesiástico. Talvez tenhamos que usar essa expressão sempre entre aspas ou com um traço, como sugere Derrida porque isso que chamamos "Comunhão Anglicana" é um mito, e estou utilizando a expressão mito no sentido antropológico do termo. Não como algo irreal, falso ou uma mentira, mas como explicação simbólica de certas relações sociais. Como todo mito, tem um caráter ambíguo: contém elementos utópicos positivos e "explica" os interesses das pessoas envolvidas na sustentação do mito. Seu lado negativo transparece quando o poder do mito é cooptado por pessoas que insistem em transformá-lo em experiência histórica e criar forçosamente uma comunhão que melhor se expressa no nível simbólico. Detecto esse risco no ponto 5.20 do Relatório de Virgínia, quando pergunta: "A autoridade universal não é uma necessidade corolária da comunhão universal?".

O que estou querendo dizer é que a palavra "Comunhão Anglicana" expressa muito mais um propósito e uma disposição assumidos por diversos cristãos de orar uns pelos outros, apoiar-se mutuamente, trocar experiências e crescerem juntos respeitando suas diferenças. Mas daí a aplicar o conceito teológico de comunhão a relacionamentos institucionais é um arriscado contrabando teológico, ao menos para a

---

<sup>11</sup> Lambeth Conference, 1920. Londres, SPCK, s.d, pp.28-29



minha cabeça. Instituições não são capazes de manter comunhão. No máximo mantêm acordos. Quem mantém comunhão são as pessoas.

O que tem havido na nossa experiência histórica são compromissos firmados oficialmente pelas lideranças eclesiais de manter certa deferência para com a reforma inglesa e que tem seu símbolo na sé de Cantuária. Essa disposição se fortalece no compromisso assumido pelos bispos e bispas de preservar a inspiração do Livro de Oração Comum britânico, adaptando-o às realidades locais. Mas sempre que os bispos se reúnem a cada dez anos em Lambeth para trocar experiências e discutir temas teológicos atuais, as diferenças afloram. Na vida prática das dioceses, boa parte do clero tem apenas uma idéia vaga da "Comunhão Anglicana". Muitas paróquias em diversos países mantêm comunhão mais íntima com grupos pentecostais de outras tradições ou com setores da Igreja Católica. É comum ouvirmos que alguns clérigos britânicos e grande parte do laicato sequer fazem idéia de que existem "igrejas anglicanas" no Brasil ou na América Latina. Cada "província" tem suas peculiaridades litúrgicas e éticas. A Igreja da Inglaterra, por exemplo, demorou bastante para aprovar a ordenação feminina. Nem por isso declarou ter rompido os laços de comunhão com a ECUSA ou com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Muitos anglicanos/as evangélicos se ofendem quando ouvem notícias de veneração a Maria ou aos santos em algumas paróquias "anglo-católicas" e, do lado oposto, "anglo-católicos" e outros grupos apenas suportam com certo desdém as manifestações extáticas de anglicanos pentecostais.

Por esses e outros motivos o que chamamos "Comunhão Anglicana" é um mito que, em seu potencial libertador, convida-nos à inclusividade e a considerar a liberdade de cada grupo que se abriga sob os guarda-chuvas da "comunhão anglicana" de viver sua fé em Cristo de modo diferente. Os interesses particulares afloram sempre que alguns grupos tomam decisões mais ousadas em relação a tradições do passado. Houve época em que os bispos reunidos em Lambeth se preocuparam muito com a prática da poligamia em contextos africanos. Na época da polêmica sobre a ordenação feminina houve várias reclamações de grupos conservadores exigindo que antes de se tomar tal decisão, as igrejas deveriam consultar-se mutuamente e esperar que houvesse consenso entre todos. Porém, esperar pelo consenso de todos é impossível e se isso fosse praticado, nada de novo teria acontecido nas igrejas. A ECUSA ou a IEAB não precisaram pedir autorização de Cantuária para ordenar mulheres ao sagrado ministério, assim como a Igreja Católica Romana a ninguém consultou quando promulgou os dogmas marianos. Exigir que todas as igrejas locais (dioceses) esperem o aval de todas as outras no mundo inteiro para tomar certas decisões é hipocrisia, pois ninguém faz isso. A "Comunhão" não é sustentada pelo consenso de idéias, mas pela disposição de aceitar o/a outro/a com suas diferenças, assim como Cristo nos acolhe e nos aceita.

Quando a Diocese de New Hampshire elegeu Gene Robinson como seu bispo, a Diocese Anglicana do Recife declarou num documento oficial ter rompido "a comunhão" com aquela diocese. Decisão bastante curiosa, pois até onde eu saiba,



nunca houve qualquer relacionamento institucional entre as duas dioceses, tampouco intercâmbios de clérigos. Como se rompe algo que nunca existiu? Talvez boa parte do povo da Diocese de New Hampshire nem saiba que exista uma diocese no nordeste do Brasil que não está mais “em comunhão” com eles.

### III. O apelo do mito de origem

Todo mito é constantemente atualizado pelos ritos. O rito maior que reforça o mito da Comunhão Anglicana é o encontro dos/as bispos/as em Lambeth. E, como a tendência dos mitos é sempre se repetir, pouco mais de um século após o mito fundante, a “Comunhão Anglicana” é chamada a reviver seu mito de origem. O bispo Gene Robinson acabou se tornando o atual Colenso ou, em linguagem mítica, a vítima oferecida ao sacrifício. Difamado, execrado, chamado de “Bambi” por um bispo homônimo e ameaçado de excomunhão pelos que atualizam em suas existências a síndrome de Bispo Gray. Talvez essa comparação possa soar prematura e superficial para alguns, mas ela expõe um conflito de interesses por manter o poder da influência teológica e pastoral das igrejas anglicanas no mundo.

René Girard em seu sistema antropológico-fenomenológico sugere que a sociedade em seus diversos âmbitos (em nosso caso, a “Comunhão Anglicana”), sempre que se sente ameaçada pela dissolução decorrente da violência das lutas pelo poder, lança mão de um mecanismo sacrificial, criando bodes-expiatórios cujo sacrifício restabelece a ordem perdida, evita o caos e restaura a harmonia inicial. Girard reuniu no livro *A violência e o sagrado*, mitos gregos, europeus, americanos e africanos, peças literárias e narrativas de diversas culturas e épocas e encontrou em todos a descrição de um processo que ele considera universal, regulando todas as sociedades: uma crise social põe em risco a sobrevivência do grupo porque desencadeia acusações e violência em diversos níveis. Essa violência é mimética e ligada ao poder na sociedade e se manifesta inicialmente no plano oral, através de ameaças, pragas, excomuniões até evoluir para a violência física. A violência tende a se alastrar e a ganhar a totalidade do corpo social, ameaçando desencadear uma reação em cadeia, com conseqüências destrutivas para o grupo. E quanto mais a violência for respondida à altura, mais estará em risco a existência do grupo social. Assim, o sacrifício aparece como algo essencial à sobrevivência dos grupos humanos porque permite neutralizar a enorme tensão de violência coletiva mimética que coloca em risco a sociedade:

A solução pacificadora é encontrada na transferência da tensão social generalizada para uma vítima, o “bode expiatório”. Este levará sobre si, as tensões grupais, as rivalidades conflitantes que ameaçam o grupo e a violência acumulada na sociedade. Desse modo, o grupo social dissimula sua própria violência culpabilizando a vítima, concentrando e descarregando nela todas as tensões. Ela será sacrificada em nome do grupo. O sacrifício de uma vítima, o “bode expiatório” abafa temporariamente a tensão social.



Para que o rito seja eficaz, a vítima escolhida sempre será alguém “diferente” ou à margem da sociedade (um animal, uma criança, estrangeiro, escravo, bruxa, um herege, ou um homossexual...). A vítima escolhida passa a ser a culpada das mazelas do grupo e, curiosamente, será vista como fonte de salvação depois de sacrificado. Conforme Girard, sempre que a violência atingir níveis alarmantes na sociedade, esse processo será renovado ritualisticamente.

Todos sabemos que nos últimos anos, as tensões na “Comunhão Anglicana” se acirraram. As igrejas da África cresceram muito e adotaram uma perspectiva teológica orientada por setores conservadores (evangélicos ou carismáticos) da Inglaterra e Estados Unidos. Esses grupos desejam uma igreja “pura”, como se isso fosse possível. São os novos puritanos que se acham no direito de propor interpretações unívocas das escrituras. Certos grupos orquestraram a criação de diversas dioceses na África para acomodar conflitos tribais. Algumas dessas dioceses tem precário nível de formação teológica e são menores que os arcebispos missionários dos tempos coloniais, mas garantem representatividade e um voto a mais em Lambeth. Admitem que os conflitos tribais, a questão da poligamia e até mesmo a prática da mutilação clitoriana são problemas culturais próprios da África que devem ser respeitados, mas não respeitam decisões tomadas em Igrejas Anglicanas de outras regiões. Frequentemente as acusam de heresia ou apostasia, ao mesmo tempo em que reclamam seus recursos financeiros.

Os anos que precederão Lambeth 2008 serão bastante agitados na Comunhão Anglicana e servirão para testar a fragilidade e a força dessa Comunhão. Comissões foram criadas (e outras talvez ainda sejam) em diversas regiões para avaliar o problema e sugestões de um “novo alinhamento eclesial” já aparecem em grupos diferentes. Os Primazes se reúnem, discutem e não chegam a nenhum acordo (e por que deveriam chegar a um acordo?), o que acirra ainda mais os ânimos de quem deseja sacrificar logo a vítima expiatória.

Pouco antes de sua sagração, correu uma notícia na internet de que o bispo Gene Robinson fora ameaçado de morte e que, durante algum tempo, precisou se deslocar com seguranças, inclusive do FBI. Havia, inclusive a informação de que ele estaria com colete à prova de balas por baixo das vestes no dia de sua sagração. Não sei se isso é verdade, mas o fato é que Gene Robinson que se cuide, pois na condição de homossexual assumido, ele é a vítima perfeita para o sacrifício.

A hipótese de Girard não significa necessariamente a previsão de algo que deva acontecer. Ele mesmo afirma que é possível escapar do círculo vicioso dessa violenta lógica sacrificial, se dermos atenção à revelação de outra lógica – a das vítimas da violência, como Jesus e o Servo Sofredor, que desmascaram o processo vitimário da cultura e dessa forma revelam uma nova transcendência, não sacrificial e não-violenta.



Lambeth 2008 terá a grande oportunidade histórica para reafirmar o caráter positivo do mito fundante da Comunhão Anglicana: a disposição de permanecermos juntos sem a pretensão de criarmos tribunais internacionais, mas nos apoiando mutuamente, acolhendo as diferenças e estreitando nossos laços de afeição. Terá também como desafio maior abrir a discussão a respeito do real significado das palavras "comunhão", "compreensividade" e "inclusividade".

### Conclusão

A "crise da Comunhão Anglicana" não foi provocada pelos homossexuais ou pelos teólogos chamados "liberais". Não há demonstração maior de hipocrisia e fraqueza moral atribuir a quem não pode se defender, a culpa pelos conflitos de poder numa estrutura religiosa. Apesar disso, o momento histórico que vivemos, por mais tenso que seja, é oportuno para que essa estrutura internacional que chamamos "Comunhão Anglicana" reafirme o caráter positivo de seu mito de origem, gestado nos conflitos pós-reforma inglesa e manifesto nas primeiras Conferências de Lambeth. Se os/as bispos/as que detêm o poder na estrutura optarem pelo sacrifício expiatório de Gene Robinson e dos homossexuais, se evidenciará a opção por um cristianismo excludente e a dificuldade que ainda temos para compreender que o sacrifício de Cristo na cruz foi "único, completo e suficiente", que ali estavam sendo carregados nossos pecados, nossa dificuldade de conviver com o diferente e nossa incapacidade de compreender o múltiplo, diverso e grandioso amor de Deus, que excede toda compreensão humana e que se oferece de modo ilimitado aos seres humanos, conforme São Paulo: *"Que Cristo habite pela fé em vossos corações e que sejais arraigados e fundados no amor. Assim tereis condições para compreender com todos os santos qual é a largura e o comprimento, a altura e a profundidade e conhecer o amor de Cristo que excede a todo conhecimento"* (Efésios 3.14-19).

O amor de Deus pouco tem a ver com nossas querelas institucionais. Por um lado, o fortalecimento institucional é uma promessa de segurança; por outro lado é um risco perigoso. É pena que alguns considerem os "laços de afeição" apenas uma metáfora poética e não conseguem compreender nela o significado da palavra koinonia que nos convida à comunhão inclusiva com o Deus que nunca nos excluiu das dádivas de seu infinito amor.